



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

FÁTIMA MARIA FERREIRA BARBOSA

A INFLUÊNCIA DO GÊNERO NA ESCOLHA PROFISSIONAL

**Recife
2007**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

FÁTIMA MARIA FERREIRA BARBOSA

A INFLUÊNCIA DO GÊNERO NA ESCOLHA PROFISSIONAL

Relatório Monográfico de Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) para obtenção do título de bacharelado em Ciências Sociais – ênfase em Sociologia Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE. Orientadora Prof^a.dra. Laura Susana Duque-Arrazola

**Recife
2007**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

FÁTIMA MARIA FERREIRA BARBOSA

A INFLUÊNCIA DO GÊNERO NA ESCOLHA PROFISSIONAL

Este Relatório Monográfico de Estágio Obrigatório foi julgado adequado à obtenção do grau de Bacharel em Sociologia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais – ênfase em Sociologia Rural do Departamento de Letras e Ciências Humanas/DLCH da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Recife, junho de 2007

Aprovado por:

Prof^a Dr^a Laura Susana Duque-Arrazola

Orientadora

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Clarice e Otávio que com simplicidade ensinaram-me a lutar por meus objetivos e aos meus irmãos/irmãs, que sempre torcem por mim e vibram com cada conquista.

AGRADECIMENTOS

A equipe do Projeto – Gênero e Políticas Públicas, em especial a minha Orientadora Laura Susana Duque-Arrazola, pela dedicação, atenção e colaboração em todas as etapas deste trabalho.

Ao Sr. Marcos Sérgio, coordenador do Programa Rumo à Universidade, pela cooperação quanto aos dados quantitativos.

À Direção da Escola Edmur Arlindo de Oliveira, pela gentileza e receptividade.

Aos alunos e alunas que participaram da sondagem.

RESUMO

Desde meados do século XX, o avanço tecnológico propiciado pela incorporação das ciências ao processo de produção capitalista, além das transformações nas relações de gênero a partir das lutas do movimento de mulheres, em particular do movimento feminista, permitiram a entrada massiva das mulheres ao mercado de trabalho e ao ensino fundamental, médio e superior. Todavia, as carreiras científicas e as tecnológicas não têm se constituído uma prioridade na escolha do curso universitário para grande maioria das meninas que concluem o ensino médio. Uma das determinações desse processo são as próprias relações de gênero, com seus desdobramentos na divisão sexual do trabalho. Trabalhar a educação junto às políticas públicas e seus componentes de gênero nos faz pensar nas relações de gênero que dinamizam a escola, onde se realiza grande parte do processo de socialização de meninas e meninos. Face à questão surgiu a necessidade de saber quais são os fatores que influenciam homens e mulheres na sua escolha profissional, objeto do estudo do presente trabalho do ESO.

Palavras-chave: (Governo, Estado, Gênero, Políticas Públicas)

RESUMEN:

Desde mediados del siglo XX, el avance tecnológico propiciado por la incorporación de las ciencias al proceso de producción capitalista, además de las transformaciones en las relaciones de género a partir de las luchas del movimiento de mujeres, en particular, del movimiento feminista, permitieron la entrada masiva de las mujeres al mercado de trabajo y a la enseñanza fundamental, media y superior. Todavía, las carreras científicas y las tecnológicas no constituyen una prioridad en la elección del curso universitario para la gran mayoría de chicas que terminan la enseñanza media. Uno de los factores determinantes de este proceso son las propias relaciones del género, con sus desdoblamientos en la división sexual del trabajo. Trabajar la educación junto a las políticas públicas y sus componentes de género nos hace pensar en las relaciones de género que dinamizan en la escuela, donde se realiza gran parte del proceso de socialización de niñas y niños. De cara a la cuestión surgió la necesidad de saber cuales son los factores que influyeron a hombres y mujeres en la elección profesional, objeto de estudio del presente trabajo de la ESO.

Palabras-clave: (Gobierno, Estado, Género, Políticas Públicas)

SUMÁRIO

RESUMO

RESUMEN

APRESENTAÇÃO	9
PARTE I - O ESTÁGIO	11
1. INSERÇÃO AO NÚCLEO	12
2. INTEGRAÇÃO AO SUB-GRUPO DE PESQUISA	13
3. ATIVIDADES COM O GRUPO E SUB-GRUPO DE PESQUISA	14
4. ESTUDOS TEÓRICOS	15
5. JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX	16
6. CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORAS/RES PARA A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO	17
7. ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE – ERECS/NNE	19
PARTE II – A PESQUISA	20
INTRODUÇÃO	21
1. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	23
1.1 Relações de gênero	23
1.2 Educação nas instituições de ensino e a reprodução das relações de gênero	25
2. POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	31
2.1 Política social	31
2.2 Política de Educação no Brasil	32
2.3 Diretrizes da política pública de educação	33
2.4. Programas Sociais de Acesso ao Ensino Superior	37
3. PROGRAMA RUMO À UNIVERSIDADE	39
3.1. Objetivos do Programa	39

3.2. Beneficiários/as	39
3.3. O Programa e suas Ações	39
4. O GÊNERO NAS ESCOLHAS PROFISSIONAIS: sistematização e análise dos resultados da pesquisa	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
APÊNDICE A	63
APÊNDICE B	64
APÊNDICE C	65
APÊNDICE D	66
ANEXO A	67

APRESENTAÇÃO

O presente relatório monográfico de Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) é o resultado da experiência de Estágio em pesquisa desde uma perspectiva de gênero, realizado com o grupo de pesquisa sobre Gênero e Políticas Públicas, vinculado ao Núcleo de Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero do Departamento de Ciências Domésticas - DCD da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. O ESO consiste em complementar a aprendizagem acadêmica a fim de se constituir num treinamento prático e crítico, a partir do que foi visto teoricamente durante o Curso. Para estudantes de ciências sociais, este é um momento de grande importância, uma vez que possibilita um aperfeiçoamento em ambiente real de trabalho e de relações humanas.

O objetivo do estágio consistiu em realizar uma prática de pesquisa que permitisse analisar e interpretar a realidade, em base aos conceitos e teorias vistos durante o curso de formação em Ciências Sociais, acrescido e aprofundado por um novo olhar, a perspectiva de gênero.

Dentre as exigências do estágio estava à inserção a uma das sub-equipes de pesquisa, no caso, o da política pública de educação, a participação na Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX/UFRPE 2006 e no Encontro Regional de Estudantes de Ciências Sociais do Norte e Nordeste - ERECS, realizado em Fortaleza/Ceará; participação em seminários e congressos afins com a temática da pesquisa, e participar do Curso de Extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero do Depto. de Ciências Domésticas/UFRPE, intitulado “Curso de Formação de Formadoras/es em Gênero”, do Sub-Projeto Formação de Formadores/as em Gênero para Trabalhadoras do Setor Comércio, por sua vez integrante do Projeto Especial de Formação de Formadores para Participação das Mulheres no Mundo do Trabalho (Convenio REDOR/MET/SPPE/CODEFAT nº 077/2005), realizado através do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero em Salvador, Fortaleza e Recife.

Para fins deste relatório monográfico se apresentam os resultados da pesquisa exploratória¹ e primeiro momento de aproximação ao objeto de estudo². A questão levantada foi saber quais fatores influenciam a escolha profissional dos/das estudantes.

¹ A pesquisa de caráter exploratória é aquela cujo objeto de estudo é pouco conhecido pelo investigador/a ou se realiza quando ainda não se tem uma idéia específica do que se quer estudar. Seu objetivo é contribuir com a definição do problema, estabelecer hipótese e a metodologia para formular um estudo de investigação definitiva (MÜNCH Lourdes y ANGELES Ernesto, 1998)

² Os resultados da presente pesquisa exploratória permitirão elaborar o projeto de pesquisa para o mestrado em Sociologia que pretendo seguir.

PARTE I – O ESTÁGIO

1. INSERÇÃO AO NÚCLEO

O Estágio foi realizado no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero do Departamento de Ciências Domésticas/UFRPE, exercitando uma prática de pesquisa, uma das ações do mesmo. O Núcleo foi criado pela resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão nº 229/91 a partir da pesquisa sobre Mulher Rural, em 1986, quando se estruturou um grupo de estudos sobre a questão feminina.

A formação do grupo de pesquisa, *locos* da prática aqui exposta, teve início em Julho de 2005, com a formulação e participação do Projeto *Gênero e Políticas Públicas: reconhecimento ou transformação* no PIBIC/CNPq, porém minha inserção nele se deu no segundo momento de sua configuração, em junho de 2006. Sendo a pesquisa uma das atribuições da sociologia como profissão e uma das ações do Núcleo, o estágio justificava minha inserção nele com vistas a avançar e fortalecer meu crescimento profissional nesse campo.

O grupo é composto de docentes e discentes dos cursos de Ciências Sociais e Economia Doméstica. Bastante heterogêneo particularmente no que se refere aos períodos em curso e à temática específica das pesquisas. Contudo, nucleado em torno à temática: políticas públicas e gênero.

2. INTEGRAÇÃO AO SUB-GRUPO DE PESQUISA

O grupo é constituído de várias equipas de pesquisa que estudam diversos programas vinculados a uma política pública específica, dando origem à sub-equipas ou sub-grupos de pesquisa, tais como: Saúde, Segurança Alimentar, Trabalho e Renda e Educação.

Minha integração ao sub-grupo se deu a partir da escolha da temática Política de Educação. Entre as/os participantes já existia um grupo preocupado com a aprendizagem da leitura em escolas de ensino público; tinha outras recém integradas preocupadas com as influências da educação na submissão das mulheres, outras se preocupavam com a reduzida presença das mulheres nas áreas de ciências e tecnologia. Este último fato me chamou mais atenção e a partir daí começamos a investigar através de leituras os fatores que influenciam a escolha profissional.

Vimos alguns textos que discorrem sobre o desempenho escolar numa perspectiva de gênero. Analisamos também como se desenvolve a educação no país embasada nas leis. Para tanto analisamos escritos sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a Constituição Federal. Só a partir dos estudos teóricos partimos para sondagens com alunas e alunos objetivando saber as influências nas suas escolhas profissionais.

3. ATIVIDADES COM GRUPO E SUB-GRUPO DE PESQUISA

O grupo, bem como as sub-equipes se encontravam semanalmente para realização de estudos teóricos. Dentre os temas estudados estão: Estado, políticas sociais públicas, gênero e educação, mulher e mercado de trabalho.

Além das leituras individuais, cada integrante das equipes realizava um mapeamento dos programas relacionados a cada política pública de interesse de estudo, selecionando-se um deles para ser analisado a partir da pesquisa a respeito.

Foram realizados pelas equipes: seminários com exposição de temas relativos a cada pesquisa específica e a apresentação de cada pesquisa em andamento, a estudantes de vários períodos do Curso de Economia Doméstica. Para o trabalho de campo se escolheram e produziram os instrumentos de pesquisas como o roteiro de observação e de entrevistas. Estes foram elaborados coletivamente.

4. ESTUDOS TEÓRICOS

Os estudos teóricos básicos para a compreensão das políticas públicas - objeto de estudo desde uma perspectiva de gênero, classe e cidadania - foram de grande relevância para o enriquecimento intelectual, servindo para acrescentar o conhecimento adquirido durante a graduação, a exemplo das temáticas: Estado e políticas sociais públicas, gênero e educação, política educacional, mulher e mercado de trabalho, entre outros. Além disso, os conceitos tratados teoricamente serviram como base para compreensão durante a vivência prática da pesquisa.

5. JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - JEPEX

Uma das atividades do estágio foi a participação na VI Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – (JEPEX), realizada no Centro de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco entre os dias 27 A 30 de Novembro de 2006.

Nesta Jornada foram apresentados os resultados não conclusivos da primeira fase exploratória da pesquisa, posto que estava em andamento, a qual contou com a participação de cada componente da equipe em todas as etapas. Tais como: elaboração de roteiros de observação e de entrevistas, o trabalho de campo levantando os dados mediante os roteiros assinalados e análise dos dados coletados, além da confecção do painel mediante o qual se fez a apresentação do mesmo no dia do evento.

Essa etapa do estágio foi de grande importância para meu crescimento intelectual e pessoal. Intelectual porque enriqueci meus conhecimentos através das discussões, participei ativamente na construção do roteiro de entrevista, além de participar da pesquisa de campo agregando mais uma experiência para minha vida profissional. O crescimento pessoal se deu a partir do momento que acreditei no meu potencial, conseguindo participar dos trabalhos, não apenas como ouvinte, mas como participante ativa, inclusive na apresentação pública do trabalho no dia do evento.

Mesmo sendo estudante de Ciências Sociais - minoria entre tantas outras do curso de Economia Doméstica - a integração com a equipe aconteceu de forma bastante positiva. No início dos trabalhos, percebi algumas integrantes do sub-grupo, recém-chegada no plano acadêmico, ainda inseguras, porém dinâmicas e com disposição para aprender. Já no final da pesquisa, as vésperas de apresentar o trabalho no evento – momento em que me senti insegura por estar passando por problemas pessoais – encontrei naquelas pessoas um ponto de apoio para conseguir chegar até o final.

6. CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORAS/RES EM GÊNERO PARA A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO NO SETOR COMÉRCIO

O Curso de Formação de Formadoras/res em gênero para a participação das mulheres no mundo do trabalho do setor comércio foi uma ação do Projeto Especial de Formação de Formadores para Participação das Mulheres no Mundo do Trabalho, realizada pela Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, através do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O curso, realizado no período de 25 de janeiro de 2007 a 15 de fevereiro de 2007 com duração de 100 horas, foi realizado no Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero da UFRPE. Por ser uma atividade de extensão desenvolvida pelo Núcleo. A participação no mesmo contou como carga horária para o estágio.

O objetivo maior deste projeto é construir uma nova pedagogia para a qualificação crítica de sujeitos trabalhadores/as atuantes, com capacidade de intervir criativamente no mundo do trabalho e nos processos de desenvolvimento, bem como, na construção de sua cidadania. Os objetivos específicos, abaixo relacionados vinculam-se à natureza e as particularidades do sub-projeto assinalado:

Objetivos Específicos do Subprojeto “Formação de Formadores em Gênero para Trabalhadoras do Setor de Comércio”

- Contribuir para uma pedagogia de formação profissional que integre uma concepção integral de formação,
- Promover a formação integral de formadores em educação profissional;
- Contribuir para o avanço conceitual e operacional das experiências pontuais de formação profissional com desempregados e empregados pelos sindicatos

e agentes promotores, dando suporte para a implementação e ampliação de programas e projetos de formação profissional;

- Contribuir para o aperfeiçoamento de sindicalistas, profissionais da educação e pessoas interessadas na questão.
- Sistematizar procedimentos metodológicos, que promovam a constituição de sujeito crítico e criativo;
- Sensibilizar para temas transversais, tais como: gênero, raça/etnia, geração e classe.
-

Para o sucesso do curso contamos com a participação de profissionais qualificadas e feministas renomadas, com vasta experiência na área.

A participação no curso foi um fator bastante relevante no decorrer do estágio, uma vez que foram vistos diversos temas, pouco ou nunca debatidos na graduação, tais como: gênero, pedagogia feminista, sexualidades, violência contra mulher, políticas públicas, assédio sexual e moral, história da luta das mulheres, organização das mulheres trabalhadoras entre outros. **(Anexo A)**

A aplicabilidade dos conhecimentos obtidos no curso será uma ação contínua se estendendo, inclusive, à multiplicação dos mesmos.

7. ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE – ERECS/NNE

O Encontro Regional dos Estudantes de Ciências Sociais do Norte e Nordeste – ERECS/NNE foi realizado em Fortaleza/Ceará do dia 27 de abril a 01 de maio de 2007.

O evento contribuiu para a formação acadêmica através das temáticas dos trabalhos apresentados e do desafio da exposição pública da pesquisa para estudantes e professores/as de outros estados, possibilitando **uma** interação cultural através de troca de experiências exposta em mini-cursos, oficinas, palestras, vivência sócio-culturais e apresentação de trabalhos.

Neste evento foram expostos os resultados parciais da pesquisa, uma vez que a mesma ainda não estava em fase conclusiva.

PARTE II – A PESQUISA

INTRODUÇÃO

A inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho é um fator relevante para a sociedade brasileira, a qual é configurada por desigualdades sociais dentre as quais as relações de gênero, as que, como as relações de classe, determinam à inserção das mulheres no mercado de trabalho e seu cotidiano. Entretanto, mesmo com uma expressiva participação no mercado de trabalho, as mulheres enfrentam obstáculos no que se refere a sua ocupação em cargos de chefia e a diferença de salários em relação aos homens, concentrando-se a maioria delas no setor de serviços, tais como: emprego doméstico, comércio, serviço público e o mercado informal de trabalho.

No que se refere à participação no ensino superior, dados da Fundação Carlos Chagas (2005) mostram que as mulheres são maioria, representando 56% dos/as ingressantes através do vestibular, porém há uma tendência para as mulheres escolherem cursos considerados femininos enfermagem, pedagogia; serviço social; economia doméstica; letras, entre outros. Na década de 90, elas representaram apenas 26% das matrículas nas áreas de Ciências, matemática, computação, agricultura, veterinária e em Engenharia e em 2002 elas representaram 75% dos que optaram por Educação,

A estreita relação que há entre trabalho e educação nos mostra que quanto maior a escolaridade de um cidadão ou cidadã, maior será a chance de inserir-se no mundo do trabalho e seu lugar neste. Fato este que nos faz refletir sobre como as políticas de educação no país, bem como seus programas, têm se constituído levando em consideração as relações de gênero.

A partir dessa reflexão surgiu a idéia de investigar os motivos das escolhas profissionais dadas por alunos e alunas, para o qual o universo de pesquisa foi constituído por estudantes de ambos os sexos vinculados/as ao Programa Rumo à Universidade.

A indagação ou problema de pesquisa nesta pesquisa de caráter exploratório foi saber quais são os fatores que influenciam homens e mulheres na sua escolha profissional. Seu objetivo consistiu em verificar as justificativas das escolhas profissionais dadas por homens e mulheres.

Para efeitos da presente pesquisa, partimos do pressuposto que uma das determinações na escolha das profissões a serem cursadas são as próprias relações de gênero.

Para isso se realizaram três levantamentos. O primeiro, durante a primeira fase da pesquisa e cujo instrumento básico utilizado foi um questionário com perguntas abertas e fechadas. Para isso a sub-equipe de pesquisa elaborou um roteiro de perguntas para o questionário a ser aplicado. Posteriormente as respostas foram sistematizadas e analisadas.

O questionário se aplicou no mês de outubro de 2006 a dezoito estudantes de nível superior de Universidades Públicas e Privadas, sendo nove mulheres e nove homens de diferentes cursos. Tais como: Turismo, Direito, Ciências Sociais, Agronomia, Medicina Veterinária, Economia Doméstica, Zootecnia, Ciências Econômicas, História e Tecnologia de Redes e Ambientes.

Na segunda fase da pesquisa, um novo roteiro de perguntas abertas e fechadas foi elaborado e aplicado em dezembro de 2006, a alunas/os concluintes do 3º ano do Ensino Médio que se preparavam para prestar o vestibular através do Programa Rumo à Universidade.

Na terceira e última fase da pesquisa, o roteiro foi ajustado, e aplicado nos meses de março e abril de 2007, a estudantes de ambos os sexos de nível superior e que já participaram do Programa acima citado.

1. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

1.1 Relações de gênero

Há uma infinidade de literatura que trata sobre o conceito de gênero, bem como suas manifestações nas sociedades contemporâneas. Gênero se refere a um conceito, a um processo real daí que seja compreendido como relação social que organiza a sociedade, cria e recria uma divisão sexual do trabalho, as relações entre homens e mulheres e entre si mesmos, o que se traduz em cultura, em ideologia e se manifesta em cada sociedade de modo diferente segundo a história de cada uma delas. Gênero se refere também a identidade subjetiva (DUQUE-ARRAZOLA Laura, 2004). Inicialmente um conceito rejeitado pelo mundo acadêmico, hoje já é uma categoria mais aceita pela academia como uma categoria relacional de análise (Joan Scott, 1991). Para as teorias de gênero, este é um conceito diferente de sexo.

De acordo com Cristina Buarque (2006), a interpretação dos conceitos de gênero surge em decorrência dos interesses que envolvem espaços acadêmicos, ONGs feministas e não-feministas, no âmbito da cooperação internacional e, até do aparelho de Estado.

Para Leda M^a Vieira Machado (1999) o termo gênero foi proposto como uma alternativa ao termo sexo, pois homens e mulheres, masculino e feminino são categorias sociais historicamente produzidas que não devem ser reduzidas a uma categoria biológica. Ou seja, sexo é um termo com implicações biológicas, enquanto que gênero se refere ao sexo social, ao feminino e ao masculino, construídos social e culturalmente segundo a história de cada sociedade. A respeito, Eulália Azevedo (2006 p. 38): considera que

“O que é feminino e masculino numa determinada sociedade não é definido pelas características biológicas com as quais se nasce, mas pela forma como estas são representadas, ou valorizadas; tudo aquilo que se diz ou se pensa sobre elas constitui as chamadas representações de gênero.”

É importante enfatizar que embora sejam tratados como sinônimos, os termos gênero e sexo são diferentes. Embora gênero esteja relacionado às diferenças biológicas percebidas entre homens e mulheres, as hierarquias sociais derivadas dessas diferenças, conseqüentemente as desigualdades sociais construídas a partir dessas hierarquias, são produto da valorização desigual dado ao feminino (inferiorização) e masculino (superioridade), resultando daí a opressão e dominação masculina, justificadas como naturais. Daí que as relações de gênero sejam concebidas como relações de poder. Desse modo, gênero é o sexo socialmente construído, diz respeito às características historicamente atribuídas ao feminino e ao masculino, indicando como devem ser as relações entre os mesmos. Apoiando-se em Joan Scott, para Elza Vieira e Isa Lima, (1997), as concepções do masculino e feminino são diversificadas de acordo com a classe, raça, etnia, religião, idade, entre outros, transformando-se ao longo do tempo, de acordo com cada sociedade.

Na sociedade brasileira a participação significativa das mulheres nos diversos níveis de educação, no mercado de trabalho e sua maior autonomia, ainda que relativa, no campo familiar, não foi suficiente para acabar com as diferenças e desigualdades de gêneros. Estas desigualdades e diferenças estão presentes em vários seguimentos. Por exemplo:

- Ainda é comum os livros didáticos e os métodos de ensino manter a segregação de gênero e os estereótipos;
- Mesmo com níveis educacionais mais altos as mulheres continuam a receber salários mais baixos do que os homens em ocupações iguais. M^a Valeria Pena et al (2005) afirma que os retornos da educação para as mulheres são mais baixos do que para os homens.
- O trabalho doméstico e com os cuidados da reprodução é considerado como não trabalho, posto que é concebido como uma obrigação, como um serviço próprio da natureza da mulher (maternidade) e o trabalho remunerado ou produtivo da mulher é considerado um complemento, uma ajuda à renda familiar. O homem continua a ser visto como o provedor e o chefe da família. (DUQUE-ARRAZOLA Laura, 2004)

- As relações de gênero exprimem e reproduzem historicamente uma ordem patriarcal que sexualiza os espaços físicos, sócias e simbólicas, igualmente que as práticas sociais. Como expressões de uma essência masculina (espaço público) e de uma essência feminina (espaço doméstico familiar o privado) (idem)

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, nas esferas públicas, no movimento feminista e na vida política nacional tem sido responsável por conquistas importantes numa perspectiva de gênero e mudanças significativas nas políticas governamentais, como por exemplo, o programa de saúde da mulher; a lei Maria da Penha 11.340 de setembro 2006, a conquista da afirmação, na Constituição de 1988 da igualdade entre homens e mulheres, o sistema de cotas para um número mínimo de mulheres como candidatas à representação política dentro dos partidos políticos, sindicatos, entre outros. Antes vista apenas no âmbito das relações pessoais e do doméstico, a mulher passa a ser tratada politicamente, na esfera pública. Porém, essa luta pela igualdade e equidade de gênero é uma ação constante.

1.2 Educação nas instituições de ensino e a reprodução das relações de gênero

Partimos do pressuposto que o sistema educativo nacional está determinado tanto pelas relações de classe e raciais, como pelas relações de gênero³, posto que o gênero é um componente constitutivo das relações sociais (SCOTT, Joan. 1991). Tanto homens como mulheres vão se enquadrando dentro dos modelos pré-estabelecidos culturalmente, modelos estes que definem o que é masculino e feminino, inclusive no que se refere às escolhas profissionais. Sendo assim, como indica Elizete Passos (1997, p. 10) os homens são sempre colocados em posição superior enquanto à mulher é sempre atribuído um status inferior e, conseqüentemente, encargos de segunda ordem.

³ Para efeitos deste estudo darei destaque às relações de gênero.

A socialização de meninos e meninas acontece tanto na família quanto na escola. A família educa conforme o modelo constituído pela sociedade, segundo a classe social, sobre o que é masculino e feminino. Conforme afirma Francisca Alves & Viani Soares (2001) ao menino é permitido coisas que são vetadas às meninas, como subir em árvore, assobiar, brigar, correr na rua, etc.; fazendo com que os meninos sintam a superioridade masculina, além disso, as brincadeiras reforçam a divisão sexual do trabalho, para outras abordagens, a divisão dos papéis de gênero quando as meninas são convidadas a brincar de casinha e presenteadas com estojos de maquiagem; enquanto os meninos são estimulados a brincar de soldadinhos, revólveres e jogos de ação. Este processo acaba consolidando a divisão sexual do trabalho, incumbindo às mulheres o espaço doméstico-privado e ao homem o espaço público da produção de bens materiais, da produção científica, do trabalho remunerado, da política.

De acordo com Francisca Alves & Viani Soares (2001) a escola, segundo lugar de socialização, reproduz o modelo social a partir do momento em que repassa às professoras a função de segunda mãe, enquanto os homens não são bem aceitos para desempenharem esta atividade profissional. Porém, é pertinente afirmar que os próprios homens se negam a tal atividade pelo preconceito e necessidade de afirmar sua masculinidade perante a sociedade e porque a função não é bem remunerada. Ainda sobre a socialização no espaço escolar, as autoras afirmam que as meninas são orientadas a brincarem separadas dos meninos; estes podem ser desobedientes, irresponsáveis e tirar notas baixas, mas não são toleráveis o choro e a insegurança, enquanto que as meninas são tidas como dóceis, dependentes, fofoqueiras e necessitam ser aprovadas (2001).

Marília Carvalho (2001) questionando sobre as estatísticas nacionais que apontam maiores dificuldades aos meninos em relação à evasão escolar, repetência e defasagem entre série cursada/idade, buscou investigar os critérios de avaliação utilizados pelas professoras numa escola pública de ensino fundamental em São Paulo. A pesquisa indagava saber até que ponto suas opiniões sobre masculinidade e feminilidade interferiam em seus julgamentos. Sua conclusão foi que nos critérios de avaliação eram considerados elementos ligados às atitudes e comportamentos dos meninos e das meninas, muito mais do que o desempenho acadêmico.

Faz necessário, porém, que no processo de avaliação escolar reflita-se sobre a classe social e etnia atrelada às relações sociais de gênero. De acordo com Marília Carvalho:

(...) “Estamos todos imersos numa sociedade que tem profundas desigualdades de raça, classe e gênero, estamos marcados por essas desigualdades e, à medida que não encontramos espaços coletivos para rever nossos conceitos, é claro que a tendência será lançar mão, na avaliação de nossos alunos e alunas, daquilo que aprendemos em nossa própria socialização”. (CARVALHO, Marília. 2003 p. 188).

Com base na ideologia patriarcal, na ideologia de gênero, a família e a escola socializam meninos e meninas, reproduzindo um padrão pré-estabelecido sobre a desigualdade social entre homens e mulheres: a inferioridade e subordinação “natural” das mulheres em relação ao homem e à superioridade masculina, e conseqüentemente a “natural” divisão sexual do trabalho.

A escola ainda reproduz as diferenças de gênero e legitima padrões de comportamentos diferentes para meninos e meninas, e conforme afirma Marília Carvalho (2001) as professoras e professores esperam que as meninas sejam mais caprichosas e submissas e os meninos descuidados e independentes, caso contrário serão avaliados como alunos/as que têm algum problema.

Eustáquia Souza (1999) afirma que somos classificados/as de acordo com nossa idade, raça, etnia, classe social, dentre muitas outras categorias, em diversos espaços sociais, incluindo a escola e que a separação de meninos e meninas nas aulas de educação física, por exemplo, impossibilita qualquer forma de relação entre os mesmos.

Ainda sobre a reprodução das relações de gênero no espaço educacional, é importante lembrar que o livro didático é uma importante ferramenta no processo de aprendizado, porém, é no mesmo que encontramos a representação de estereótipos sexistas; enquanto os homens são representados em espaços públicos, brincando, jogando, ou exercendo atividade remunerada, as mulheres são representadas em espaço privado, voltadas ao cuidar da família e do lar. Esse processo educacional acaba influenciando no futuro nas escolhas profissionais de alunos e alunas.

No Brasil, desde as duas últimas décadas do Século XX, se dá uma entrada massiva das mulheres ao mercado de trabalho e ao ensino fundamental, médio e superior. Tal fato é resultado de um conjunto de mudanças no mundo do trabalho determinadas pelo processo de reestruturação produtiva capitalista, as inovações tecnológicas, os avanços das ciências no processo de produção e a nova organização do trabalho, – trabalho flexibilizado - resultante dessa mesma reestruturação, bem como mudanças nas relações de gênero provocadas pelas lutas do movimento de mulheres e do movimento feminista nacional e internacional.

Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE mostram que o crescimento das mulheres no mercado de trabalho se deve a sua inserção majoritária no trabalho informal. Em 2002, cerca de dois terços das mulheres exercendo atividade remunerada desempenhavam serviços domésticos e nas áreas de educação, saúde e serviços sociais; agrícola; e comércio e reparação. Enquanto que a população masculina agrupava-se na agrícola; comércio e reparação; indústria; e construção. Na construção as mulheres ocupavam apenas um percentual de 2,6% enquanto nos serviços domésticos era 92,9% (IBGE, 2003).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2005) em 2003, o índice de matrículas no Ensino Médio é de 54,0% para as mulheres e de 46,0% para os homens e na Educação Superior o índice de diferença que era de 8,7%, em 1996, a favor das mulheres, passa para 12,8%, em 2003. Apesar do crescimento da escolaridade das mulheres e de sua inserção crescente nas universidades, as carreiras científicas e as tecnológicas não se constituem ainda uma prioridade na escolha do curso universitário para as meninas que concluem o ensino médio. Continuam a escolher as carreiras e profissões consideradas como tipicamente femininas, dentre elas: Pedagogia, Enfermagem, Serviço Social, Economia Doméstica, Pediatria para as que se formam em Medicina; licenciaturas em biologia e química. Manifestações estas do que já indicamos em nosso pressuposto da determinação de gênero na escolha profissional, a que se traduz nos desdobramentos e reprodução da divisão sexual do trabalho, tanto no âmbito doméstico-familiar, quanto no mundo público do trabalho. Desta reprodução participa a escola, onde se realiza grande parte do

processo de socialização de meninas e meninos. (Cf; PASSOS, Elizete, 1997; LIMA Nadia e DUQUE-ARRAZOLA Laura, 2003).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2002) o quantitativo de mulheres que entram nas universidades é superior ao dos homens, mas a realidade é invertida quando são analisados os dados de pós-graduação e inserção no mercado de trabalho. Segundo Mariana Galisa (2005) dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq revelam que há uma tendência dos cursos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes, atraírem mais mulheres do que homens. Já nas áreas de exatas a diferença no número de bolsistas chega a ser quase o dobro (um pouco mais de oito mil mulheres contra quinze mil homens).

Nelly Stromquist (1996) fez uma análise dos diversos estudos empíricos sobre políticas públicas educacionais relativas a gênero em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Segundo a autora, a maioria dos governos acredita que o principal problema na educação das mulheres é a oportunidade desigual de acesso em todos os níveis educacionais. Esse acesso inclui também, as áreas de ciências e tecnologia.

Outra problemática citada pela autora é o fato de que, tanto nos níveis mais baixos de instrução como também no nível universitário, são evitados temas que incluem novas visões de uma sociedade com maior equidade de gênero. Ou seja, em uma disciplina de economia pode-se afirmar que a renda das mulheres é geralmente mais baixa em relação ao homem, mas não explica os fatores que provocam essa desigualdade.

Na análise de Nelly Stromquist, como em *Um mundo dividido* organizado por Elizete Passos sobre o gênero nas universidades do Nordeste brasileiro, foi constatado, também, que em todos os países pesquisados há uma concentração maior de mulheres nas áreas de estudo tradicionalmente femininos e uma baixa representatividade nas áreas de ciências e tecnologia. Como conseqüência se reproduz o persistente diferencial de renda e de salários entre homens e mulheres.

Além disso, na maioria dos países pesquisados os livros didáticos continuam a apresentar estereótipos sexuais, ou seja, os meninos aparecem exercendo profissões e cargos de expressão social; sempre dotados de iniciativa e força, enquanto que as meninas aparecem frágeis, medrosas, sem iniciativa própria e cumprindo tarefas domésticas.

As principais leis e documentos contidos na reforma educacional pública brasileira foram objeto de análise por parte de Cláudia Vianna & Sandra Unbehaum (2004), a fim de observar como o conteúdo de gênero é abordado nos mesmos. Foram analisados nesse estudo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei nº 9394/1996), o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172/2001) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental - PCNE de 1997. Segundo as autoras, nos documentos analisados se percebe um significativo avanço em relação à adoção de uma visão de gênero, uma vez que o tema é conceitualmente definido e mencionado várias vezes quando se trata de orientação sexual, porém, afirmam que tal tema deve estar contido em todas as áreas de conhecimento e não apenas atrelada à Orientação Sexual.

Em termos gerais, nesses documentos o gênero evidencia-se diretamente no tratamento da linguagem usada no masculino silenciando o feminino, a mulher, na ambigüidade de suas referências, por exemplo, ao falar dos direitos, o que de uma maneira ou de outra não flexiona o processo de socialização e escolarização de meninas e meninos e seu futuro processo de profissionalização.

Trabalhar a educação junto às políticas públicas e seus componentes de gênero nos faz pensar o quanto às relações de gênero dinamizam a escola, pois é com base nas mesmas que podemos refletir a construção da identidade masculina e feminina, influenciada pela educação sexista e seus rebatimentos nas vivências diferenciadas enquanto homens e mulheres, desde a família e a escola e no seu desdobramento na formação profissional das mulheres e dos homens. É fundamental aprofundar com pesquisas sobre estas questões, como maneira de contribuir com a transformação e superação dessa educação sexista e discriminatória.

2. POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA E A POLITICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

2.1 Política social

Políticas públicas, dentre elas as políticas sociais, é um conjunto de medidas e ações desenvolvidas sob a responsabilidade do Estado, voltadas para regular e reproduzir a dinâmica da sociedade capitalista (relações sociais capitalistas), garantir o “bem estar social” e a reprodução da força de trabalho. Garantia em base aos direitos sociais, como Educação, Saúde, Trabalho, Habitação Popular, bem como a política pública de infra-estrutura urbana, de estradas, política de segurança nacional, a política econômica, entre outras mais. As políticas sociais públicas são, pois, políticas de responsabilidade do Estado relacionadas com as ações de proteção social, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico capitalista. De acordo com Hofling (op.cit) educação, por exemplo, é uma política pública de corte social e de responsabilidade do Estado.

Essas políticas são designadas ao atendimento das necessidades básicas da sociedade, neste sentido Eloisa Hofling (2001) conceitua políticas públicas como uma ação social do Estado implantada (um projeto de governo), através de programas, de ações voltadas para atender setores específicos da sociedade. Ou seja, é uma ação de intervenção do Estado.

No que se refere à atuação do Estado, este assume papel de articulador e organizador da sociedade, adotando o papel de fiador de relações sociais (JACOBI, Pedro, 1989). Porém, o Estado não atende a sociedade de modo universal e como discorre Inaiá Carvalho (2001) a promoção dos direitos sociais é concedida apenas a algumas categorias sociais e ocupacionais, forçando com isso, a ampliação da capacidade de pressão da sociedade civil sobre o Estado no sentido da expansão dos direitos sociais e políticos para o conjunto da sociedade.

Ainda sobre a atuação do Estado em relação às políticas sociais, Vicente Faleiros (1995) discorre que a natureza da intervenção do Estado enquanto órgão

regulador da sociedade burguesa é a de garantir as condições da reprodução social do capital incluindo aí a reprodução da força de trabalho o que faz através da implantação das políticas sociais, a exemplo da assistência, previdência social; políticas sociais de saúde, habilitação, educação e da prestação de serviços, tais como a proteção jurídica, de construção de equipamentos sociais e de subsídios. De acordo com este autor, o Estado justifica suas políticas sociais com base na igualdade de oportunidades e no livre acesso dos indivíduos aos bens disponíveis.

As políticas sociais públicas são de responsabilidade do Estado quanto a implementação, gastos e manutenção, as que se dão a partir da pressão, da mobilização e lutas sociais de grupos organizados da classe trabalhadora como os sindicatos, os diferentes movimentos sociais como o movimento das mulheres e feminista, o movimento de bairros, dos sem teto, sem terra, por uma universidade pública gratuita e de qualidade, contra a violência urbana, contra a qualquer discriminação, contra a violência contra a mulher .

2.2 Política de Educação no Brasil

A educação é uma política social pública de direito constitucional, devendo ser garantido seu acesso a todos os homens e mulheres brasileiras por parte da sociedade, bem como a qualidade do ensino com vista à promoção do crescimento cultural do indivíduo enquanto cidadão e cidadã.

No Brasil foi oficializado através da Constituição Federal que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios promover os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência (Art. 23, V); a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205).

Tendo a educação como condição fundamental para o desenvolvimento do País, houve a necessidade de elaboração de novas leis para regulamentar os artigos constitucionais e estabelecer diretrizes para a educação no Brasil, tais como:

- A Lei de Diretrizes e Bases, instituída em 1996 e que visa descentralizar e proporcionar autonomia das escolas e universidades, permitindo a criação de um processo regular de avaliação do ensino brasileiro e promovendo a valorização do professor e do magistério.
- Plano Nacional de Educação é um instrumento da política educacional que estabelece os objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino. É neste plano também que estão às diretrizes da política educacional no país.

A política educacional é contraditória; A Constituição Federal garante igualdade de condições para o acesso à educação (Art. 206, I), porém o ensino público não é de qualidade, negros/as ainda são minoria no ensino superior, sendo necessários programas sociais como os cursinhos pré-vestibulares, e cotas para negros/as e estudantes de escolas públicas.

2.3 Diretrizes da política pública de educação

As diretrizes da Política de Educação estão estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE). Este Plano foi aprovado no ano de 2000 com validade de dez anos e tem respaldo legal na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em dezembro de 1996.

Através do PNE os estados, o distrito federal e os municípios brasileiros são orientados na elaboração dos seus planos decenais correspondentes. Os objetivos do Plano consistem na:

- Elevação global do nível de escolaridade da população;
- Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- Redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
- Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Educação Básica – Ensino Fundamental

As diretrizes norteadoras neste nível educacional estão contidas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental.

Pela Constituição brasileira, o ensino fundamental é de responsabilidade do Estado, obrigatório e gratuito para toda/o cidadã/o, inclusive para quem a ele não tiveram acesso na idade própria. O direito de acesso a esse nível de educação não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até sua conclusão.

O ensino de qualidade inclui, também, a melhoria da infra-estrutura física das escolas, possibilitando o acesso inclusive a portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos.

A oferta de vagas no ensino fundamental deverá regularizar a trajetória escolar, para que crianças e adolescentes de ambos os sexos permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino. Diminuindo assim, o analfabetismo e elevando a escolaridade da população brasileira.

O plano inclui também em suas diretrizes a prática do turno integral e as classes de aceleração na tentativa de solucionar a universalização do ensino e minimizar a repetência.

No que se refere à gestão da educação e à cobrança de resultados do PNE estas envolverão comunidade, alunos/as, pais e mães, professoras/es e demais trabalhadoras/es da educação.

No que concerne aos referenciais ou componentes sexistas do ensino, uma dos objetivos do PNE consiste em manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo a adequada abordagem das questões de gênero e etnia, visando eliminar os textos

discriminatórios e que reproduzam estereótipos em relação à mulher, ao negro e índio.

Educação Básica – Ensino Médio

Aos estados da Federação compete à responsabilidade pela manutenção e desenvolvimento deste nível de educação. Tal educação deve propiciar aprendizagem de competências de caráter geral, formar pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, respeitando as diferenças e superando a segmentação social.

Uma vez em que vivemos numa sociedade onde a relação entre homens e mulheres é baseada na desigualdade, faz-se necessário abolir o sexismo, pois o mesmo exclui, discrimina além de limitar a participação das pessoas em função de seu sexo.

Segundo o Plano Nacional de Diretrizes e Bases - PNAD espera-se que o ensino médio prepare jovens e adultos para os desafios da modernidade. Permitindo aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva. Ou seja, propiciando a auto-aprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir. Desenvolver a compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões básicas da linguagem, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades.

Uma vez que é reconhecida a carência de professores da área de Ciências prejudicando a qualidade do ensino e dificultando a manutenção dos cursos e sua expansão, as metas do Plano devem estar associadas às de formação, capacitação e valorização do magistério.

Em síntese, as diretrizes do PNE apontam para a criação de incentivos e a retirada de obstáculos para que alunos e alunas permaneçam no sistema escolar e,

aos 17 ou 18 anos de idade, estejam concluindo a educação básica com uma sólida formação geral.

Educação Superior

Cabe à União o papel de atuar na educação superior, função prevista na Carta Magna. As instituições públicas deste nível de ensino deverão ter apoio do Estado.

O PNE discorre que o sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções, estando seu núcleo composto pelas universidades, as que exercem as funções de ensino, pesquisa e extensão. A missão deste núcleo é contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais. Portanto, estas instituições devem ter estreita articulação com as instituições de ciência e tecnologia.

A diretriz básica do Plano Nacional de Educação para o bom desempenho no nível de ensino superior é a autonomia das universidades no que se refere às dimensões: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

O processo do sistema educativo escolar em geral, como insinuamos, reproduz as relações de gênero e o sexismo, mas é no ensino superior que, a meu ver, encontramos suas conseqüências. Entre elas está a escolha profissional das mulheres. Estas são levadas a escolher as carreiras mal remuneradas, que não possibilitam a autonomia, tomada de decisões e o exercício do poder. Elizete Passos (1997) afirma que as mulheres são destinadas à escolha de profissões voltadas ao cuidar e ao servir ou à educação e transmissão da cultura, caracterizando nesse exercício profissional uma extensão do papel da mãe.

Em pesquisa realizada nas Universidades do Norte e Nordeste, a autora acima citada constatou que apesar da entrada das mulheres como docente de nível superior, o número de docentes do sexo masculino chega a 61% em relação ao feminino. No que se refere à função de chefia, o cargo de maior hierarquia nas universidades, ou seja, o reitorado teve representação de apenas 5% de mulheres.

Esses resultados nos mostram que até nas universidades os cargos de decisão e tomada de poder têm ficado nas mãos dos homens enquanto que as mulheres destinam-se aos cargos de auxiliares, desse modo reproduzindo a divisão sexual do trabalho.

2.4. Programas Sociais de Acesso ao Ensino Superior

Em Pernambuco o Governo do Estado, através da secretaria de Educação, vem implantando programas sociais para alunos/as de escolas públicas ingressarem nas instituições de ensino superior. É o caso dos Projetos de Acesso à Universidade os que objetivam ampliar as oportunidades de carreiras universitárias para estes jovens de ambos os sexos . Eis os programas:

- ✓ Euclides da Cunha – voltado para alunas e alunos das escolas públicas do sertão pernambucano;
- ✓ Pré-vestibular da Universidade de Pernambuco – PREVUPE - abrange os municípios de Recife, Petrolina, Garanhuns e Nazaré da Mata;
- ✓ Rumo ao Futuro – contempla alunos e alunas do último ano do ensino médio oriundos/as da Região Metropolitana do Recife (RMR) e os municípios de Caruaru, Limoeiro, Garanhuns, Arcoverde, Vitória, Nazaré da Mata, Palmares e Barreiros, além do arquipélago de Fernando de Noronha;
- ✓ Rumo à Universidade – Contempla alunos/as matriculados/as em escolas da rede estadual. Porém, as aulas acontecem em pólos distribuídos na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Esses programas fazem parte de medidas compensatórias, servindo para amenizar as falhas encontradas no sistema educativo, porém essas falhas perpetuarão no sistema escolar enquanto não for resolvido o problema na base educacional, ou seja, melhorar as condições de ensino melhorando o espaço físico, com bibliotecas, laboratórios de informática, além de valorizar a profissão dos/as professores, capacitando, reciclando e proporcionando salários dignos.

O Rumor à Universidade foi o Programa escolhido para o estudo de nossa questão. Para tal, o universo empírico da pesquisa foram alunos e alunas beneficiados/as pelo programa, quem foram sondados/as a respeito dos fatores que influenciaram na sua escolha profissional.

3. PROGRAMA RUMO À UNIVERSIDADE

Para realização deste trabalho, nosso universo de pesquisa de campo foram alunos e alunas de Recife do Programa Rumo à Universidade. Assim, como nos demais programas anteriormente citados, os/as estudantes nele inscritos/as estavam em fase preparatória para o vestibular. Logo, prestes a escolher uma profissão. Porém, uma vez que o Rumo à Universidade ministra as aulas apenas na RMR, a amostra simples foi definida pelo critério de acessibilidade⁴, ou seja, os/as estudantes foram selecionados pela facilidade de acesso a eles/elas.

3.1. Objetivos do Programa

O Rumo à Universidade tem como objetivo aumentar o aprendizado de alunos/as auxiliando o seu ingresso à universidade.

3.2. Beneficiários/as

Alunos/as do 3º ano do Ensino Médio matriculados/as em escolas da rede estadual há pelo menos dois anos e os/as ex-alunos/as do Programa que foram aprovados/as na primeira fase do vestibular do ano anterior.

Como se pode observar, o Programa não beneficia a totalidade da população dos/das jovens interessados/as e próximo a ingressar na universidade. Trata-se de um programa seletivo.

3.3. O Programa e suas Ações

O Rumo à Universidade é um programa social vinculado à política pública de educação. O Programa foi criado em 2001 numa parceria da secretaria de Educação, Cultura e Esportes (SEDUC) com as universidades públicas do Estado -

⁴ VERGARA, Sylvia Constant, 2005, p. 50-51

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural (UFRPE) e Universidade de Pernambuco (UPE).

Visto que a baixa aprovação nos vestibulares dos alunos da rede pública está ligada à qualidade de ensino, surgiu a necessidade de se criar um Programa que ofereça educação de qualidade, aumentando as condições de competitividade para os/as alunos/as da rede particular, no que tange ao acesso ao ensino superior, contribuindo com o “reforço escolar” dos conhecimentos necessários para poderem ingressar e inserir-se nos estudos de nível superior para sua formação profissional.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005), o processo de globalização e os avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que oferecem novos postos de trabalho, acarretam também na vulnerabilidade dos jovens sem qualificação escolar e profissional, os/as que em sua grande maioria, procedem de escolas públicas. São precisamente os/as filhos/filhas das famílias pobres das classes subalternas

Cursar o 3º ano do Ensino Médio em escolas da rede estadual e estar matriculado na rede há pelo menos dois anos são alguns dos critérios para participar do Programa. Porém, os/as alunos/as que foram aprovados/as na primeira fase do vestibular do ano anterior também podem se inscrever. A seleção é feita através de testes de Português e Matemática.

No que se refere ao corpo docente, este precisa estar licenciado das universidades ou estar em sala de aula nas escolas estaduais. A remuneração dos/as docentes é feita pela Secretaria de Educação - SEDUC

As turmas do programa Rumo à Universidade são divididas em pólos espalhados em 40 escolas públicas da região metropolitana de Recife e as aulas acontecem aos sábados e domingos das 08 às 17 horas com intervalos de uma hora. Além da preparação para enfrentar os vestibulares, outros benefícios são cedidos a todos/as os/as participantes, tais como:

- ✓ Material didático gratuito para complementar as aulas;
- ✓ Bolsa-auxílio no valor de R\$ 50,00 mensais
- ✓ Os/as que obtiverem os melhores resultados no simulado ganham isenção da taxa de vestibular;
- ✓ Os/as alunos/as que concorrem às vagas da UPE têm desconto de 50% na inscrição do vestibular de qualquer curso.

Além desses benefícios, aos estudantes que disputam as vagas nos cursos de licenciatura em matemática, física e química é concedida uma redução de 50% na taxa de inscrição. Isto para estimular a formação de professores/as nesta área do conhecimento.

Esse fato pode estar atrelado ao problema de escassez de professores nessas áreas de ensino. De acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2003) existe no país, um déficit de docentes nas turmas de 5ª a 8ª séries e ensino médio, principalmente nas disciplinas de Física e Química.

Nos dois primeiros anos o Programa disponibilizou 10 mil vagas. De 2003 a 2005 esse número baixou para 04 mil e em 2006 aumentou pra 05 mil vagas. Essa queda se deveu à necessidade do Estado neoliberal de reduzir gastos com políticas e serviços, em nome da responsabilidade fiscal. De acordo com o coordenador do Programa, estuda-se a possibilidade de aumentar o valor da bolsa-auxílio, pois, quanto maior o número de inscritos/as maior é a necessidade de contratação de professores/as, como também maior será a quantidade de recursos destinados à bolsa-auxílio. O custo maior é com recursos humanos. Sendo assim, justifica-se ideologicamente como uma prioridade preservar a qualidade do programa.

O que nos revela que o programa Rumo à Universidade, como outros programas das políticas sociais compensatórias, também se caracterizam pelo risco de sua descontinuidade, justificada em nome da contenção de gastos. (responsabilidade fiscal).

Este processo retrata a dinâmica do Estado Neoliberal, no qual há uma preocupação em reduzir os gastos sociais e uma crítica à intervenção social do Estado.

Conforme mostra o Quadro 1 - dados fornecidos pela coordenação do Programa Rumo à Universidade, revelaram que há evasão, porém o discurso sexista do Programa não identifica o sexo, apenas o motivo da evasão.

Quadro 1 – Motivos da Evasão Escolar

Motivo da Evasão	Quantitativo em %
Emprego temporário	48
Motivo de doenças diversas	15
Serviço militar	10
Documentação incompleta	07
Dedicação à religião	15
Não justificaram	05
Total	100

Fonte: Dados fornecidos pela Coordenação do Programa Rumo à Universidade através de entrevista.

Sondada a coordenação do Programa sobre a garantia da permanência na faculdade dos/as alunos/as aprovados/as no vestibular, informou que foi implantada em 2005, pela Secretaria de Educação do Estado, uma bolsa de incentivo acadêmico – BIA - que seleciona os/as melhores colocados/as nos cursos da UPE, UFPE e UFRPE. Esse incentivo consiste numa bolsa de R\$ 180,00 (cento e oitenta) reais mensais por seis meses, renovados por mais seis. Os valores são únicos tanto para homens como para mulheres. A Secretaria apóia 45 (quarenta e cinco) bolsas para os cursos de licenciatura. A FACEPE, o IAUPE e a FADE fornecem 70 (setenta) bolsas para os demais cursos.

O Quadro 2 mostra a evolução do Programa no que se refere à aprovação nos vestibulares das universidades públicas. Desde sua implantação o Programa Rumo à Universidade vem aumentando o número de aprovados mesmo com a diminuição do número de participantes.

Quadro 2 - Evolução do Programa

UNIVERSIDADE	2001	2002	2003	2004	2005	2006
UPE	09	30	56	101	102	231
FEDERAIS	54	105	92	182	189	324

Fonte: Dados fornecidos pela Coordenação do Programa Rumo à Universidade através de entrevista.

O Programa Rumo à Universidade mantém convênio com algumas faculdades particulares. Na Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), por exemplo, dos/as 150 alunos/as do programa, inscritos no vestibular 2007, 139 foram aprovados/as, o que representa um percentual de 92,6% de aprovação.

Essa parceria com universidades particulares nos mostra que deixa-se de repensar a estrutura da universidade pública, possibilitando sua expansão e democratização, para investir em instituições privadas.

A FAFIRE manteve convênio com o Programa. Esse convênio fornece isenção na taxa de vestibular para os melhores aprovados no vestibular da COVEST e fornece bolsa integral para os melhores colocados no vestibular da instituição.

Os dados a respeito do Programa Rumo à Universidade foram coletados até dezembro de 2006, antes da mudança de governo. Porém, em junho de 2007, no último contato feito com a coordenação do Programa, permanecia o impasse sobre a continuidade do mesmo. Como muitos governos não dão continuidade aos projetos de governos anteriores, a nova gestão cogitava a possibilidade de começar um novo projeto com as mesmas características do Programa Rumo à Universidade.

4. O GÊNERO NAS ESCOLHAS PROFISSIONAIS: sistematização e análise dos resultados da pesquisa

Na **primeira fase exploratória da pesquisa** a sondagem foi realizada com nove alunas e nove alunos de do ensino superior de Universidades Públicas e Privadas.

Nesta sondagem observamos uma tendência: predominam as mulheres na rejeição pelas profissões na área de Exatas, particularmente no que se refere à matemática, química e física. Porém, conforme podemos observar no Quadro 3, existe entre os homens entrevistados um caso de rejeição por essas disciplinas.

Na mesma tabela observa-se também, que a escolha do curso foi motivada em relação à insegurança da competência pessoal e medo de enfrentar a concorrência. Sendo assim, escolhem-se os cursos que têm as mais baixas pontuações e concorrência. Essa tendência foi observada nas respostas de alguns homens como nas respostas das mulheres.

Uma das estudantes entrevistadas, cujo sonho era fazer jornalismo, afirmou cursar turismo por interferência de um Programa do Governo, o Programa Universidade para Todos - ProUni, uma vez que sua nota não possibilitara estudar o curso almejado. Três pessoas entrevistadas revelaram ter escolhido o curso visando o mercado de trabalho. Sendo uma mulher e dois homens.

Quadro 3 – Curso Escola e Justificativa

Sondagem	Sexo	Curso Escolhido	Porque escolheu o curso
1	F	Turismo	Não escolheu. A nota no PROUNI só deu para entrar
2	F	Turismo	Não precisa trabalhar com cálculos. Gosto de viajar durante as aulas práticas
3	F	Direito	Chances de inserir-se no mercado de trabalho
4	M	Ciências Sociais	Facilidade de aprovação e está dentro da área de atuação profissional
5	F	Agronomia	Sempre quis ingressar nas ciências agrárias
6	F	veterinária	Desde pequena gosta de animais, mas quis ingressar em humanas ou exatas. Como não gostava de números nem historia optou por veterinária

Quadro 3 – Curso Escola e Justificativa

Sondagem	Sexo	Curso Escolhido	Porque escolheu o curso
7	F	Economia doméstica	Fugi das exatas. No início da vida escolar gostava de matemática, mas quando dei de ara com a realidade tentei fugir.
8	M	Agronomia	O pai trabalha nessa área. Interessou-se ao longo do tempo. O pai queria que fizesse veterinária.
9	F	Zootecnia	Sempre gostou de animais. Queria melhoramento genético, mas não gostava de veterinária e zootecnia caiu como uma luva.
10	M	Ciências Sociais	Porque tem geografia e historia
11	M	Economia doméstica	Porque tem uma direção à saúde. Sonhava ser medico
12	M	Ciências Sociais	Queria um curso na área de humanas porque não gosta de matemática química e física Além disso a concorrência era baixa
13	M	Ciências Econômicas	Para tentar ganhar dinheiro. O mercado de trabalho propicia isso
14	M	Ciências Econômicas	Identifico-me com matemática
15	M	Ciências Econômicas	Apenas para ter curso superior e fazer concurso. A concorrência também ajudou
16	F	Ciências Sociais	Pela concorrência
17	F	Historia	Pela concorrência
18	M	Tecnologia de Redes e Ambientes	Porque gosta de informática e seus mistérios

Sondada em relação à escolha do curso por parte do PROUNI, a coordenação do Rumo à Universidade não pôde esclarecer, uma vez que essa limitação de escolha não compete à mesma.

Conforme podemos observar na Quadro 4, no que se refere à satisfação com o curso apenas duas mulheres e dois homens afirmaram que não estão satisfeitas/os com o mesmo. Ressaltamos que 83,3% das pessoas entrevistadas afirmaram que o curso em que estão não foi a sua primeira escolha. Ou seja, não estão cursando o que realmente almejavam antes de prestarem o vestibular. Das nove mulheres entrevistadas, apenas uma afirmou que o curso foi a sua primeira escolha e que está satisfeita com o mesmo. Em relação aos homens apenas dois fizeram essa mesma afirmação.

Quadro 4 – Satisfação com Curso Escolhido

Sondagem	Sexo	Satisfação com curso/profissão	Primeira escolha
1	F	Sim. O mercado de trabalho não é fechado. Consegui estagio num hotel = R\$100,00	Não. Foi jornalismo, mas a nota do PROUNI só deu para entrar em turismo.
2	F	Sim. Faz o que gosta. Viajar e fazer novas amizades	Não. Começou fazendo ciências contábeis. Mudou no 2º período para turismo Não se adaptava com os cálculos, por isso mudou.
3	F	Sim. Não falta mercado	Não. Formada em Relações Publicas
4	M	Não. Pouca entrega dos professores e professoras e ma qualidade do ensino	Não. Começou engenharia química numa faculdade particular, mas na época não podia pagar.
5	F	Não. Queria veterinária desde o segundo grau	Não. Na época da escola era medicina veterinária, mas quando foi fazer o vestibular já estava certa que queria agronomia.
6	F	Sim	sim
7	F	Não devido à incompatibilidade das disciplinas e sua real formação profissional fragmentada (queira a área de exatas)	Não. A 1º opção foi o curso de letras, mas escolheu economia domestica porque tinha que entrar na faculdade pressionada pela vó e acreditava que o curso era fácil de passar.
8	M	Sim	Não. Foi medicina. Não fez por causa da concorrência
9	F	Sim	Não. Queria fisioterapia, mas não fiz porque tem física.
10	M	Não. Porque a universidade e a coordenação deixam a desejar	Não. Foi biologia Mas viu que se identificava com historia e geografia e não com biologia
11	M	Sim. Porque consegui entender a dinâmica do curso	Não. Foi pedagogia, mas não passou no vestibular.
12	M	Sim. Agregou valores e culturas	Não. Tentou historia 2 vezes mas não passou
13	M	Sim. Já estou trabalhando no BRADESCO	sim
14	M	Sim porque gosta das disciplinas de direito e economia	sim
15	M	Mais ou menos. A falta de professores não estimula.	Não. Essa foi a 5ª. Antes foram, administração, contábeis, odontologia e educação física (nessa ordem)
16	F	Sim. Satisfaz as expectativas. (Abrange temas diversos)	Não. Foi historia e letras. Começou a cursar letras na FUNESO, mas não gostou e mudou para ciências sociais.
17	F	Sim. Pelo conhecimento adquirido	Não. Queria publicidade, mas a concorrência era alta, então tentou geografia e mesmo assim não passou. Mudou para história
18	M	Sim superou minhas expectativas para o mercado de trabalho	Não. Foi educação física e contabilidade, mas não conseguiu passar. Por ultimo tentou TRA e foi contemplado

Na Quadro 5 pode-se observar que entre as pessoas entrevistadas quatro mulheres e três homens revelaram ter sentindo dificuldades para escolher o curso. Um dos motivos revelado a respeito dessa dificuldade esta atrelada a presença das ciências exatas (física, química e matemática) para realizar as provas eletivas do

vestibular. Um outro aspecto significativo, resgatado pelo questionário aplicado, foi à escassez de informações sobre o curso que desejavam estudar.

Quadro 5 – Dificuldade para Escolha do Curso

Sondagem	Sexo	Houve dificuldades?
1	F	Não. Sempre sonhei com jornalismo, mas turismo era minha primeira opção.
2	F	Sim, influencia da mãe, a escolha não foi minha.
3	F	No primeiro curso que foi relações publicas sim. Mas no segundo (direito) foi fácil
4	M	Não. Já sabia o que queria cursar
5	F	Não. No dia da inscrição já sabia o que queria
6	F	Não. Só tive uma duvida passageira
7	F	Queria a área de exatas, mas senti dificuldades.
8	M	Não tive dificuldades
9	F	Não tive nenhuma dificuldade
10	M	Sim, faltaram mais informações sobre o curso.
11	M	Não. Já conhecia a grade do curso
12	M	Não
13	M	Não
14	M	Sm. Decidiu depois de cursar 3 cursos técnicos: telecomunicação, eletrotecnica e segurança do trabalho
15	M	Não. Como não passei nos outros vestibulares, tentei um por causa da concorrência.
16	F	Não. Queria historia como não passou escolheu facilmente sociologia
17	F	Sim porque não tava preparada para concorrer
18	M	Não. Já tinha minhas preferências

Os aspectos do masculino e do feminino que podem ser inferidos nessa primeira sondagem em relação à escolha da profissão é que a maioria dos homens tendeu a escolher o curso com que tinham mais afinidade, enquanto que as mulheres fugiram dos cursos na área de exatas. Podendo-se dizer, então, que os resultados do questionário revelam um dos modos masculinos de ser: a tendência a uma maior auto-determinação; bem como a tendência construída do feminino, a insegurança das mulheres face a suas competências. Tendências de homens e de mulheres aprendidas em seu processo diferenciado de socialização (DUQUE-ARRAZOLA, Laura 2004).

Na segunda fase da pesquisa foram sondados seis homens e sete mulheres do 3º ano do ensino médio, participantes do Programa Rumo à Universidade e que

prestaram vestibular em dezembro de 2006. Três mulheres e quatro homens conseguiram aprovação.

Conforme mostra o Quadro 6, entre as pessoas sondadas observa-se uma tendência na qual predominam os homens na escolha de cursos na área das ciências exatas e as mulheres na área da saúde.

Quadro 6 – Curso/área por sexo

Curso – Área	Homem	Mulher*
Ciências biológicas – Saúde	01	02
Ciências Contábeis – Exatas	01	-
Educação Física – Saúde	-	03
Engenharia – Exatas	01	-
Geografia – Humanas	01	-
Licenciatura em Física – Exatas	01	-
Licenciatura em Matemática – Exatas	01	-
Odontologia – Saúde	-	01
Pedagogia – Humanas	-	02

* Uma aluna tentou dois cursos na área de saúde (ciências biológicas e odontologia)

Dos/as treze estudantes entrevistados/as apenas uma mulher considera o curso escolhido (pedagogia) uma profissão feminina. As demais pessoas entrevistadas afirmaram que o sexo não interfere no campo profissional. Destacam-se alguns depoimentos:

“O curso de letras é para ambos os sexos. Independente de raça, cor e sexo. Dizem que Letras é um curso para mulher. Discordo porque tudo está muito equilibrado entre os sexos. Apesar de existir o preconceito”. (João – 22 anos. Tentou Ciências Biológicas, mas não conseguiu aprovação).

“Ambos os sexos podem fazer Contabilidade. Isso não depende de sexo. Se fosse mecânica diria ser para homem por causa da força. Nenhuma profissão depende do sexo, depende da capacidade para exercê-la”. (Anderson – 18 anos. Tentou Ciências Contábeis na UFPE e Engenharia na UPE. Porém, não conseguiu aprovação).

“Tanto homem como mulher podem estudar Educação física. Antigamente os esportes eram praticados mais por homens. Além disso, enfatizavam

mais o futebol, que até hoje é praticado mais por homens. Hoje o curso está mais balanceado entre os sexos". (Carolina – 16 anos. Tentou Educação Física na UPE, mas não conseguiu aprovação).

O equilíbrio, do qual ressalta o aluno João, não existe de fato. Os homens estão concentrados nas carreiras mais valorizadas como Direito, Medicina e Engenharias e ramos de maior tecnologia como Ciências da Computação, enquanto que a mulheres ocupam as áreas em que as carreiras são de menor valorização ou voltadas para o trabalho do cuidar, para o trabalho da reprodução, como uma extensão do seu trabalho no mundo doméstico, como, por exemplo, Pedagogia, Letras, Economia Doméstica, Psicologia, Enfermagem, Serviço Social; Pediatria, entre outras.

Sondados/as a respeito do motivo da escolha do curso, duas mulheres assumiam sentir medo de enfrentar a concorrência. Uma delas gostaria de fazer Jornalismo, mas preferiu tentar Ciências Biológicas.

O fato de escolher um curso universitário em função da concorrência nos faz pensar até que ponto esse/essa profissional trará um futuro profissional promissor estimulado por uma identificação profissional. Os cursos com essa característica são os mais concorridos e disputados por alunos/as de escolas particulares e que freqüentaram os melhores cursinhos pagos, enquanto que os/as egressos/as de escolas públicas não sentem ter, e nem têm, um preparo suficiente para disputar as vagas das profissões mais valorizadas e reconhecidas socialmente, salvo raríssimas exceções. As escolas particulares e os cursinhos pagos preparam os/as estudantes para tal disputa. Daí que consideremos que o sistema educativo brasileiro reproduz as desigualdades sociais de classe, de gênero e raciais. as que não são superadas pelas políticas sociais, mesmo com o sistema de cotas.

Apenas um homem revelou que visou o mercado de trabalho, porém, aliado a isso procurou um curso voltado para área de exatas porque não gosta de português. Além desse aluno, outro rapaz revelou que sua escolha está relacionada ao fato de gostar da área de exatas e fez a seguinte afirmação:

“Escolhi o curso de Licenciatura em matemática porque gosto muito de exatas, e pretendo ajudar a sociedade vindoura nos próximos vestibulares, pois os estudantes vêem a matemática como um bicho papão”. (Tiago – 19 anos. Aprovado na UFRPE)

Das oito pessoas que afirmaram ter escolhido o curso porque gostam e se identificam com a área, cinco são mulheres e os cursos são de áreas associadas ao feminino.

No que se refere à primeira opção para curso universitário, seis pessoas, sendo três homens e três mulheres, afirmaram que o curso a ser disputado foi a sua primeira escolha. Ou seja, prestarão vestibular para o curso que sempre almejaram. Porém, nem sempre isso acontece. Observa-se que das sete mulheres entrevistadas quatro afirmaram que o curso não foi a sua primeira escolha. Uma dessas estudantes demonstrou em sua fala o quanto foi difícil decidir seu futuro profissional e fez a seguinte depoimento:

“Durante o período de inscrição do Programa Rumo à Universidade eu estava em dúvida entre odontologia, engenharia química, engenharia biomédica, química industrial e farmácia. Depois da inscrição do Programa eu estava certa que ia fazer engenharia química. Quando começou o Rumo eu já tinha mudado para farmácia e um pouco antes da inscrição dos vestibulares das Federais eu quis fazer bacharelado em ciências biológicas e foi a opção que coloquei. Na UPE tentei odontologia”.

(Wilma – 16 anos. Aprovada nas duas Universidades)

Pelo revelado nas falas, pode-se inferir que insegurança dos/das estudantes pela escolha da profissão também está relacionada a ser ou não aquela escolha profissional, uma escolha associada ao feminino e ao masculino e suas competências como mulheres e homens.

Em relação à ocupação nenhuma das sete mulheres entrevistadas exercem atividade remunerada. Entre os seis homens entrevistados dois trabalham. A renda média entre os/as entrevistados/as fica em torno de três salários mínimos. Porém, essas famílias são compostas com no mínimo quatro pessoas. Ou seja, uma renda média de R\$ 285,00 por pessoa mensalmente.

Observa-se que as relações de gênero continuam presentes no que se refere à atividade de homens e mulheres. As mulheres continuam em sua maioria a ocupar o espaço privado, enquanto que os homens inserem-se no mercado de trabalho, espaço público.

O dinheiro da bolsa era utilizado basicamente com passagens e alimentação. Porém, uma aluna informou que por usar o bilhete eletrônico do pai, utilizava o dinheiro da bolsa também para comprar roupas. Um dos alunos informou que parte do dinheiro investiu na compra de livros e outro falou que fez uma poupança.

É notório que o Programa atinge a população de baixa renda. Porém, há índices que mostram uma tendência para evasão do curso pelo fato dos/das alunos/as precisarem trabalhar. Consideramos que não basta apenas garantir o acesso à universidade. Faz-se necessário, também, possibilitar sua permanência na faculdade.

Sondados/as sobre os motivos que os/as levaram a se inscrever no Programa Rumo à Universidade, uma das mulheres e três homens informaram que o motivo se deu pela sua gratuidade, uma vez que não possuem condições financeiras de pagar cursinho. Os/as demais alegaram à necessidade de se preparar melhor para o vestibular porque as escolas públicas não têm ensino de qualidade.

No que se refere à divulgação do Programa, oito dos/as treze estudantes entrevistados/as responderam que tomou conhecimento através da própria escola e cinco se informaram através de amigos e familiares que participaram em anos anteriores.

Para alguns alunos/as beneficiados/as com o Programa, este é visto como uma solução para o problema da desigualdade no acesso ao ensino superior em relação aos alunos/as de escolas privadas. Ainda não há uma consciência de que a solução está na melhoria do ensino fundamental e médio.

O Programa Rumo à Universidade foi conceituado de forma bastante positiva pelos/as alunos e alunas entrevistados/as. Sondada sobre o que sabia falar sobre o Programa uma aluna disse:

“É um programa maravilhoso! Através dele consegui entrar na UFPE. Muitas pessoas se sentem vitoriosas após o Rumo, pois além de aulas recebemos lições de vida e estímulos como não há em nenhum outro lugar. Sou muito grata a esse projeto e desejo que continue por muitos anos fazendo com que jovens sem oportunidades possam ter a chance de sonhar e brilhar nessa vida tão injusta e desigual”. (Evani – 18 anos. Tentou vestibular para Pedagogia na UPE e UFPE. Passou em ambas, mas pela proximidade escolheu a Federal).

Pode-se observar que há uma consciência entre os/as estudantes de que o Programa visa suprir a precariedade do ensino público. Sobre isso se destacam os seguintes depoimentos:

“O Rumo à Universidade é um Programa criado pelo governo para suprir a defasagem do ensino público e garantir a entrada de estudantes dessas escolas na faculdade” (Anderson – 18 anos. Tentou vestibular para o curso de Ciências Contábeis na UFPE e Engenharia na UPE. Não conseguiu ser aprovado).

“Esse programa ajuda as pessoas a ingressarem numa universidade procurando supri a defasagem escolar” – (Roberto – 18 anos. Foi aprovado em Licenciatura Plena em Física na UFRPE)

De fato o programa busca preencher uma lacuna que fica no histórico escolar dos alunos e alunas de escolas públicas. Porém, é pertinente afirmar que o Programa Rumo à Universidade consiste numa política compensatória e não resolverá o problema, uma vez que não atinge a base estrutural educacional das escolas públicas. O problema é estrutural que diz respeito ao baixo salário de professores, a falta de qualificação dos mesmos no ensino fundamental, a precariedade nas instalações físicas das escolas, muitas vezes sem bibliotecas e em sua maioria sem laboratório de informática, fato que desestimula e não incentiva a escrita, leitura e pesquisa dos/as alunos/as.

Nesta segunda fase da pesquisa os aspectos do masculino e do feminino compreendidos nas respostas para a escolha da profissão mostram que houve uma tendência dos homens escolher os cursos na área de exatas (quatro homens) enquanto que as mulheres em sua maioria (seis mulheres) optaram por cursos na área de saúde, ou seja, profissões tidas como femininas.

A pesquisa continuou em sua 3ª fase com alunos e alunas que participaram do Programa Rumo à Universidade, mas desta vez com aqueles/as que já estão inseridos/as na Universidade. Foram sondados três alunos e três alunas.

Apenas um aluno e uma aluna não exercem atividade remunerada. Em relação à renda familiar, esta fica em torno de um salário e meio. Um aluno afirmou que a renda de sua família é de cinco salários mínimos, porém a família é composta por dez pessoas, pois a maioria estuda e trabalha ao mesmo tempo.

Apenas um dos estudantes afirmou que houve dificuldade para escolha do curso. Essa dificuldade se deu pelo fato de haver várias opções para licenciatura. Como almejava lecionar e gosta de química optou por licenciatura nesta área.

As três mulheres entrevistadas responderam que sentiram dificuldade para escolha do curso. Uma aluna afirmou que a dificuldade para escolha do curso (engenharia agrônômica) se deu pelo fato de ter que submeter-se a uma prova de cálculos na segunda fase do vestibular. Outra aluna justificou que tal dificuldade se deu porque precisava levar em consideração a afinidade pelo curso, o mercado de trabalho e horário de estudo. A terceira aluna afirmou que sua dificuldade para escolha do curso estava relacionada ao fato de não saber o que queria para seu futuro profissional.

Dos três homens entrevistados, um afirmou que o curso que está fazendo foi sua 1ª escolha. Outra aluna tentou vestibular pela primeira vez para o curso de ciências contábeis, porém, não foi aprovada e seu segundo vestibular foi para geografia. Passando, portanto, da área de exatas para área de humanas. A única mulher que afirmou ter prestado o vestibular para o curso que sempre almejou (química) desistiu de fazê-lo porque precisava trabalhar e não dava para conciliar o horário de trabalho e estudo. Esta mesma aluna chegou a cursar administração em marketing por dois períodos, beneficiada com uma bolsa do PROUNI, mas afirmou que abandonou porque não estava satisfeita com o mesmo.

O Programa Rumo à Universidade possibilita a entrada de estudantes de poucos recursos financeiros à universidade, mas não garante a permanência na mesma. Sobre esse fato uma aluna fez a seguinte afirmação:

“O Programa Rumo à Universidade não contribui em nada para minha permanência na faculdade. Não tenho nenhum contato com professores e coordenação” Andréa – 23 anos

Porém, há possibilidade desses alunos/as participarem do Programa como professores/as, como podemos verificar no depoimento seguinte:

“O programa além de me ajudar a ingressar na faculdade, me deu uma visão maior do mundo, das pessoas e da própria universidade. Além disso, tive a oportunidade de participar do programa por duas vezes como professor (em 2005 e 2006). Mas no que se refere à contribuição para permanência até a formação o programa não interfere”. (Linaldo – 25 anos)

Podemos observar entre os/as participantes do Programa que há uma consciência de que o mesmo não é a solução, nem garantia, para a entrada e permanência de estudantes de ensino público na universidade. Ao mesmo tempo em que elogiam o Programa, há também uma crítica ao ensino público no país. Destacam-se os seguintes comentários:

“Considero o Programa Rumo à Universidade um “tapa buraco” para o ensino público. O que faz um aluno ser aprovado em uma universidade pública é seu esforço e dedicação, o que não é encontrado nas escolas públicas por falta de estímulo. Estudei todo primeiro e segundo grau em escolas públicas e só vim encontrar alguns professores que estimulavam o vestibular no último ano”. (Ana – 21 anos)

“Acredito que o programa seja um paliativo, para quem precisava de uma medida em curto prazo. A partir do programa comecei a ter novas expectativas e a acreditar que eu poderia, já que na escola pública vivemos com a negatividade, do tipo - você não consegue, só burguês entra na faculdade”. (Manuella – 20 anos)

Como podemos observar nos depoimentos acima, o ensino público no país passa por um momento crítico, não prepara nem possibilita a entrada e permanência dos/as estudantes na universidade com vistas ao mundo do trabalho e o Programa

Rumo a Universidade nada mais é que uma política compensatória, ou seja, visa “remediar situações graves derivadas da deterioração das relações sociais que atinge a reprodução da força de trabalho, de grupos e camadas sociais e do aguçamento dos conflitos industriais, de alterações da estrutura populacional e do emprego”, (Pedro Jacobi 1989, p.7)

Conforme mostra o Quadro 7, apenas uma aluna e um aluno escolheram um curso na área de humanas. Ambos estudam geografia. Os/as demais entrevistados optaram por cursos da área de exatas e da terra.

Quadro 7 – Curso por sexo

Curso	Feminino	Masculino
Geografia	X	X
Engenharia Florestal	-	X
Engenharia Agrônoma	X	-
Química	X	X
Administração em Marketing	X	-

Nesta última fase de sondagem, podemos observar no Quadro 8 que todas as pessoas entrevistadas escolheram o curso por ter afinidade com a área e gostar das disciplinas. Não houve rejeição a área de exatas por parte das alunas, como foi constatado na primeira sondagem, o que pode dever-se ao fato que as licenciaturas, sobretudo de biologia e de química, e a agronomia são carreiras que revelam uma grande presença feminina, chegando-se até falar de uma tendência à feminilização das mesmas, dado o trabalho nos laboratórios, à fitologia (LIMA Nadia e DUQUE-ARRAZOLA Laura op.cit).

Quadro 8 – Curso e Justificativa

Nº	SEXO	CURSO	POR QUÊ ESCOLHEU ESSE CURSO
1	F	Engenharia Agrônoma	Por gostar do ambiente rural.
2	M	Licenciatura em Geografia	A Geografia oferece uma ampla compreensão do mundo. Além disso, sempre gostei da disciplina na escola mesmo sem contar com a colaboração dos professores que eram péssimos.
3	F	Administração em Marketing e Química.	Administração eu não escolhi. Ganhei do PROUNI. Química porque sempre gostei da disciplina.

Quadro 8 – Curso e Justificativa

Nº	SEXO	CURSO	POR QUÊ ESCOLHEU ESSE CURSO
4	M	Licenciatura em Química	Além de boas influencias de amigos sempre gostei física, química e matemática.
5	M	Engenharia Florestal	Porque gosto muito da sua grade curricular e das áreas de atuação
6	F	Licenciatura em Geografia	Porque me identifiquei com a disciplina e com o magistério.

Todos/as os/as alunos/as sondados nesta terceira fase, escolheram o curso por afinidade com a disciplina ou área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar os dados quantitativos, fornecidos pela coordenação do Programa Rumo à Universidade, não identificam os sexos. A avaliação bem como o relatório produzido pela coordenação do Programa não utiliza tal variável. Porém, é na própria escrita que observamos o modelo lingüístico masculino, na aparência de uma linguagem neutra universal. Entretanto o sexismo é reproduzido ao falar no masculino (gênero masculino) desconhecendo a presença feminina nas estatísticas, nos cursos, no programa.

Subentende-se que mulheres e homens foram contemplados/as no programa, todavia não é possível, por exemplo, ler nas entrelinhas quem mais se evadiu, muito menos quem mais foi aprovado/a ou reprovado/a no vestibular..

As políticas sociais públicas são de responsabilidade do Estado e deveriam universais, atendendo a todos/todas os/as que delas precisarem. Porém, tais políticas são seletivas entre as/os mulheres e homens de diferentes gerações, raças e etnias que delas necessitam. O Programa Rumo à Universidade, por exemplo - objeto de nossa pesquisa - está inserido na política pública de educação e beneficia apenas alguns/as alunos/as de escolas públicas. Além de seletivas, essas políticas são compensatórias. Tomando como exemplo o mesmo Programa, este visa compensar as deficiências do ensino público de primeiro e segundo grau, a baixa renda das famílias do/da estudante e a baixa representatividade de aluno/as de escolas públicas no ensino superior. Contudo, a solução seria a melhoria do ensino fundamental e médio. Assim, como outras políticas sociais, esta política não resolve as desigualdades educacionais, pois estas são de caráter estrutural.

No que se refere ao problema de pesquisa, ou seja, quais os fatores que influenciam a escolha profissional, mesmo com a maioria dos/as entrevistados optarem por cursos, com os quais têm maior afinidade, podemos observar que ainda há uma tendência das mulheres rejeitarem os cursos nas áreas de exatas, preferindo as profissões estabelecidas pela sociedade como tipicamente femininas. Observa-se também entre as mulheres, uma tendência para escolher os cursos de

menor concorrência. Esses cursos são menos atrativos economicamente. Enquanto aos homens, pode-se observar uma tendência para escolha do curso por afinidade. Apenas um revelou rejeição à área de exatas.

Dado o caráter exploratório da pesquisa, não é possível afirmar que haja apenas um fator determinante para escolha profissional. Essa escolha pode estar relacionada com outras variáveis, tais como: o meio e o momento em que se vive; as condições econômicas e sociais, além das relações de gênero condicionantes da socialização de homens e de mulheres e da sua formação identitária. Portanto, os dados sugerem a necessidade da realização de mais pesquisas para investigar a relação entre tais variáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: **informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2006.

ALVES, Francisca Elenir & SOARES, Viani da Silva. Meninos e Meninas – Universos Diferenciados na família e na Escola. In: FAGUNDES, Tereza Cristina P. C. (org.). **Ensaio sobre Gênero e Educação**. Salvador: UFBA - Pró-Reitoria de Extensão, 2001 (Série UFBA em Campo: Estudos).

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Globo, 1969.

AZEVEDO, Eulália Lima. Gênero: Trocando em Miúdos. In: "**Caderno de textos e trabalho**"/Iole Macedo e Terezinha Gonçalves (organizadoras). – Salvador: REDOR, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e de outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira. **Sistema de ensino precisa de 250 mil professores**. Brasília, DF. 2003. Disponível em <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news03_17.htm> Acesso em: 30 mai 2007.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira. **Cresce presença das mulheres em todos os níveis de ensino**. Brasília, DF. 2005. Disponível em <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news05_07.htm> Acesso em: 10 jun. 2007.

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Brasil tem mais domicílios ligados à internet, mais crianças na escola e mais mulheres no mercado de trabalho**. Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/10102003pnad2002html.shtm>> Acesso em: 10 jun. 2007

BUARQUE, Cristina. Introdução ao Feminismo. In: "**Caderno de textos e trabalho**"/Iole Macedo e Terezinha Gonçalves (organizadoras). – Salvador: REDOR, 2006 209 p.

CARVALHO, Inaiá M^a. M. de. "**Brasil: reestruturação produtiva e condições sociais**". Caderno CRH, Salvador, n.35, p.123-149, jul/dez, 2001

CARVALHO, Marília Pinto de. **Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas.** *Estudos Feministas*, v.9 n. 2, p. 554-574, dez. 2001.

CARVALHO, Marília. **Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 01, p. 185-193, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura. **O Lugar das mulheres nas políticas de assistência social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco.** Tese de doutorado em Serviço Social/CCSA/UFPE, Recife, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais.** 7. ed. São Paulo. Cortez, 1995.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. "**Mulheres brasileiras, educação e trabalho**". In. Trabalho Feminino: Séries Históricas. FCC, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mbet.html> Acesso em: 22 mai 2007

GALISA, Mariana. 2005 [On-line]. **Mulheres na pesquisa: uma realidade.** Disponível em: <<http://memoria.cnpq.br/noticias/2005/080305.htm>> Acesso em: 10 nov 2006.

HOFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos CEDES, v. 21,n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

JACOBI, Pedro. Estado Capitalista: Transformações na dinâmica de intervenção e o papel das burocracias. In: **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** Cortes, São Paulo, 1989. p.5

LIMA, Nadia R.LB e DUQUE-ARRAZOLA Laura (org). **A cientista e sua identidade de gênero**. Coleção Maré&sal, vol III, Maceió: EDUFAL, 2003.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação de gênero nas políticas públicas**. São Paulo: Annablume, 1999. p. 15

MÜNCH, Lourdes y ANGELES, Ernesto. **Métodos y técnicas de investigación**, Mexico: Trillas, 1998.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos. **Introdução à Sociologia**. 20. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 174-175

Organização Internacional do Trabalho. **A OIT e o emprego de jovens**. Brasília, DF, 2005. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/prg_esp/emp_form_jov.php> Acesso em: 10 jun 2007.

PASSOS, Elizete Silva (org). **Um mundo dividido: O gênero nas Universidades do Norte e Nordeste**. Salvador: UFBA, 1997.

PENA, Maria Valéria Junho; OLIVEIRA, Izabel Ribeiro; BRONKHOST, Bernice Van; CORREIA, Maria C. **A Questão de Gênero no Brasil**. Brasília: Banco Mundial/CEPIA, 2005. 172 p.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS-Corpo, 1991

SILVA, Ademir Alves da. As relações estado-sociedade e as formas de regulação social. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo II, Brasília, 1999, p. 57-71

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. **Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar**. Cad. CEDES. Campinas, v. 19, n. 48, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621999000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 Jun 2007. Pré-publicação.

STROMQUIST, Nelly. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n.1, p.27-49, jan./abr. 1996.

UNESCO. 2002 [On-line]. **A educação superior no Brasil**. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/programas/legislacion/nacionales/brasil/leg_br.pdf> Acesso em: 02 jul 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIANNA, Cláudia. & UNBEHAUM, Sandra. Gênero e políticas de educação: impasses e desafios para a legislação educacional brasileira. In: SILVEIRA M. L. & GODINHO T. (Org.). **Educar para a igualdade: Gênero e Educação Escolar**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura de São Paulo, 2004. (Coleção Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, nº 6). [21-47].

VIEIRA, Elza Maria Marques. & LIMA, Isa Maria Meira Rocha de. Gênero e Universidade: A participação da mulher na Universidade Federal Rural de Pernambuco. In.: **Um mundo dividido: O gênero nas Universidades do Norte e Nordeste/Elizete Silva Passos et. Al.** – Salvador: UFBA, 1997. [203 – 229]

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR
DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS.

**Pesquisa sobre Gênero e Políticas Públicas, vinculado ao Núcleo de Pesquisa
sobre a Mulher e Relações de Gênero do Departamento de Ciências
Domésticas - DCD da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**

1. Nome:
2. Idade:
3. Período
4. Renda familiar em salários mínimos:
5. Curso:
6. Porque escolheu este curso?
7. Está satisfeito com o curso? Por quê?
8. Foi sua primeira escolha?
9. Houve dificuldade para escolha do curso?
10. Tem alguém da família com essa profissão? Quem?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO A ALUNAS/OS CONCLUINTEs DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO QUE SE PREPARAVAM PARA PRESTAR O VESTIBULAR ATRAVÉS DO PROGRAMA RUMO À UNIVERSIDADE.

Pesquisa sobre Gênero e Políticas Públicas, vinculado ao Núcleo de Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero do Departamento de Ciências Domésticas - DCD da Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE

1. Nome:
2. Idade:
3. Onde fez o segundo grau?
4. Ocupação:
5. Se trabalha, há quantos anos está nessa ocupação?
6. Quantas pessoas, cotando com você, moram na sua casa?
7. Renda familiar em salários mínimos:
8. Como ficou sabendo do Programa Rumo à Universidade?
9. O que você sabe sobre o Programa Rumo à Universidade?
10. Porque decidiu participar deste Programa?
11. Como utiliza o dinheiro da bolsa?
12. Prestou vestibular para qual curso? Por quê?
13. Essa sempre foi sua opção de curso desde que decidiu prestar vestibular?
14. Houve dificuldade para escolha do curso? Se houve quais foram às dificuldades?
15. Tem alguém da família que faz ou já fez este mesmo curso?
16. Considera o curso escolhido um Curso feminino ou masculino. Por quê?
17. Seu pai e sua mãe que acham de você fazer esse curso? Por quê

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO A ALUNAS/OS DE NÍVEL SUPERIOR
E QUE JÁ PARTICIPARAM DO PROGRAMA RUMO À UNIVERSIDADE.

**Pesquisa sobre Gênero e Políticas Públicas, vinculado ao Núcleo de Pesquisa
sobre a Mulher e Relações de Gênero do Departamento de Ciências
Domésticas - DCD da Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE**

1. Nome:
2. Idade:
3. Em que escola (s) cursou o 1º grau.
4. Em que escolas fez o segundo grau?
5. Em que ano participou do Programa Rumo à Universidade? Porque decidiu participar deste Programa?
6. Como ficou sabendo do Programa Rumo à Universidade?
7. O que você sabe sobre o Programa Rumo à Universidade?
8. Como utilizava o dinheiro da bolsa?
9. Em quê contribuiu o Programa Rumo à Universidade para garantir sua formação e conclusão do curso escolhido?
10. Ocupação atual e há quantos anos está nessa ocupação?
11. Quantas pessoas, cotando com você, moram na sua casa?
12. Somando a renda de todas essas pessoas, quanto chega + ou – a Renda familiar (em salários mínimos)?
13. Curso, Período e Universidades:
14. Por que escolheu esse/s curso/s universitário/s?
15. Como você avalia essa escolha?
16. Que relação tem essa escolha com o fato de ser mulher ou de ser homem?
17. Considera o curso escolhido um Curso feminino ou masculino. Por quê?
18. Essa sempre foi sua opção de curso desde que decidiu prestar vestibular?
19. Está satisfeita com o curso? Por quê?
20. Houve dificuldade para escolha do curso? (Se houve) quais foram as dificuldades?
21. Tem alguém da família que faz ou já fez este/s mesmo/s curso/s?

APÊNDICE D – PAINEL APRESENTADO NO VI JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO/JEPEX



A INFLUÊNCIA DO GÊNERO NAS ESCOLHAS PROFISSIONAIS

Fátima Maria Ferreira Barbosa¹, Marília Cicera Gomes dos Santos² e Micheline Maria da Conceição França Gonçalves³

VI Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (JEPEX) - 27 a 30 de novembro de 2006
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

INTRODUÇÃO

Mesmo com a entrada das mulheres ao mercado de trabalho e ao ensino superior às carreiras científicas e as tecnológicas ainda não se constituem uma prioridade na escolha do curso universitário. As mulheres continuam a escolher profissões consideradas como tipicamente femininas.

Diante do exposto nossa indagação é saber quais são os fatores que influenciam homens e mulheres na sua escolha profissional.

Os objetivos dessa pesquisa consistem em:

- Identificar as razões das escolhas da profissão em estudo;
- Verificar as justificativas das escolhas profissionais dadas pelos homens e pelas mulheres;
- Identificar e compreender os componentes de gênero nas escolhas profissionais.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observamos uma tendência, na qual predominam as mulheres, à rejeição a área de exatas. Um homem e três mulheres afirmaram rejeitar as disciplinas de matemática, química e física.

Das pessoas entrevistadas, 83,3% (oito mulheres e sete homens) afirmaram que o curso em que estão não foi a sua primeira escolha; entre elas apenas duas mulheres e dois homens afirmaram que não estão satisfeitos/as com o mesmo.

Entre as pessoas entrevistadas quatro mulheres e três homens revelaram ter sentido dificuldade para escolher o curso. Tal dificuldade está atrelada a presença das ciências exatas para realizar as provas do vestibular, a coocorrência e a escassez de informações sobre o curso que desejavam.



MATERIAL E MÉTODOS

O instrumento básico utilizado nesta primeira fase exploratória da pesquisa foi um questionário com perguntas abertas e fechadas. Elaborou-se coletivamente o roteiro das perguntas e o questionário, aplicado por cada membro da equipe. Posteriormente se analisaram coletivamente as respostas. O questionário se aplicou a deztoito estudantes de nível superior, sendo nove mulheres e nove homens de diferentes cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados provisórios, da pesquisa em andamento e acima expostos, como dizíamos, correspondem a essa primeira fase, portanto tais resultados não são conclusivos.

¹ Aluna do 6º Período de Ciências Sociais com ênfase em Sociologia Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rua Dom Manoel de Medeiros s/n, Dois Irmãos, Recife, PE, CEP 52071-030.

² Aluna do 2º Período de Economia Doméstica, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rua Dom Manoel de Medeiros s/n, Dois Irmãos, Recife, PE, CEP 52071-030

³ Aluna do 2º Período de Economia Doméstica, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rua Dom Manoel de Medeiros s/n, Dois Irmãos, Recife, PE, CEP 52071-030.

ANEXO A – PROGRAMAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORAS/RES PARA A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO REALIZADO.



Ministério do
Trabalho e Emprego



REDOR

PROJETO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES DE EDUCAÇÃO EM GÊNERO PARA TRABALHADORAS DO SETOR DO COMÉRCIO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA
PROFISSIONAL
PROPOSTA CONTEUDOS

AULAS	TEMAS	RESPONSÁVEL
1ª Aula (25.01.200)	Abertura Participação das Mulheres nas Organizações Sindicais	Laura Duque e Zênia Tavares Suzineide Rodrigues de Medeiros
2ª Aula (26.01.200)	História das Mulheres e Feminismo	Laura Duque A.
3ª Aula (27.01.200)	Metodologia de Trabalhos com Mulheres	Laura Duque e Zênia Tavares
4ª Aula (29.01.200)	Conceito de Gênero	Graciete Santos
5ª Aula (30.01.200)	Pedagogia Feminista	Laura Duque
6ª Aula (31.01.200)	Articulando Gênero, Raça/Etnia e Classe	Rosilene Rodrigues
7ª Aula (1ª.02.2007)	Mulheres Negras	Rosilene Rodrigues
8ª Aula (02.02.200)	História do Movimento de Trabalhadoras	Teresa Souza
9ª Aula (03.02.200)	Motodologia do Trabalho com Mulheres Restruturação produtiva e precarização	Laura Duque e Zênia Tavares
10ª Aula (05.02.200)	Violência no Trabalho – Assédio Moral e Sexual	Verônica Ferreira
11ª Aula (06.02.200)	Convenções e Legislação Trabalhistas	Andréia da Hora
12ª Aula (07.02.200)	Movimento Trabalhista e Sindical	Teresa Souza, Suzi Medeiros (CUT) e Laura Duque
13ª Aula (08.02.200)	Saúde da Mulher Trabalhadora	Benita Spinelli
14ª e 15ª Aulas (10.02.200)	Metodologia do Trabalho com Mulheres	Laura Duque e Zênia Tavares
16ª Aula (09.02.200)	Direitos Reprodutivos	Benita Spinelli
17ª Aula (12.02.2007)	Violência contra a Mulher	Ana Veloso
18ª aula (13.02.2007 Manhã)	Sexualidade	Josineide Meneses Silva
19ª aula (13.02.2007 Tarde)	Políticas Públicas e Ações Afirmativas	Josineide Meneses Silva
20ª aula (14.02.200)	Encerramento	Laura Duque e Zênia Tavares